



SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quarta-feira, 25 de maio de 2011

JORNAL DO COMMERCIO Omar chama bancada para ação contra os efeitos da MP sobre o PIM CAPA	1
JORNAL DO COMMERCIO Em clima de sucessão Braga sofre críticas pela MP dos tablets OPINIÃO	2
JORNAL DO COMMERCIO Frente & Perfil OPINIÃO	3
JORNAL DO COMMERCIO Frente & Perfil OPINIÃO	4
JORNAL DO COMMERCIO Linhas Cruzadas OPINIÃO	5
JORNAL DO COMMERCIO Articulação 'zero' POLITICA	6
JORNAL DO COMMERCIO "Bancada tem que ir à porta de Dilma" POLITICA	7
JORNAL DO COMMERCIO Conceição Sampaio aposta no diálogo OPINIÃO	8
JORNAL DO COMMERCIO MP dos Tablets ECONOMIA	9
JORNAL DO COMMERCIO MP dos Tablets (continuação) ECONOMIA	10
JORNAL DO COMMERCIO Encontro com Notáveis: Maio de 2011 ECONOMIA	11
JORNAL DO COMMERCIO Produção recua e sinaliza desaquecimento ECONOMIA	12
JORNAL DO COMMERCIO MANIFESTO DAS CLASSES PRODUTORAS E TRABALHADORAS DO AMAZONAS ECONOMIA	13
JORNAL DO COMMERCIO Dominicanos NEGÓCIOS E SERVIÇOS	14
JORNAL DO COMMERCIO Incentivos fiscais ECONOMIA	15
A CRITICA NA ALE E CMM CAPA	16
A CRITICA Como se tamborete fosse OPINIÃO	17
A CRITICA Sim & Não OPINIÃO	18
A CRITICA Bancada federal do AM é chamada de omissa TEMA DO DIA	19

A CRITICA Bancada federal do AM é chamada de omissa (continuação)	20
TEMA DO DIA	
A CRITICA Bancada federal do AM é chamada de omissa (continuação)	21
TEMA DO DIA	
A CRITICA Bancada federal do AM é chamada de omissa (continuação)	22
TEMA DO DIA	
A CRITICA Bancada federal do AM é chamada de omissa (continuação)	23
TEMA DO DIA	
A CRITICA Omar se prepara para o embate.....	24
ÚLTIMAS	
A CRITICA MANIFESTO DAS CLASSES PRODUTORAS E TRABALHADORAS DO AMAZONAS	25
POLITICA	
A CRITICA Prospecção.....	26
ECONOMIA	
A CRITICA Sem tablets, qual a saída?.....	27
ECONOMIA	
A CRITICA Sem tablets, qual a saída? (continuação)	28
ECONOMIA	
A CRITICA Pesquisa CNI	29
ECONOMIA	
A CRITICA Alex Deneriaz.....	30
BEM VIVER	
AMAZONAS EM TEMPO Contexto	31
OPINIÃO	
AMAZONAS EM TEMPO MANIFESTO DAS CLASSES PRODUTORAS E TRABALHADORAS DO AMAZONAS	32
POLITICA	
AMAZONAS EM TEMPO Coluna Cláudio Humberto	33
POLITICA	
AMAZONAS EM TEMPO ICMS diferenciado é rejeitado	34
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO ICMS diferenciado é rejeitado (continuação).....	35
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO Diretor da Sudam fala na Aleam.....	36
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO Argentina e Brasil optam por acordo	37
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO Competitividade da ZFM norteia estratégia do AM	38
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO Competitividade da ZFM norteia estratégia do AM (continuação).....	39
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO Fernando Coelho Jr.	40
PLATÉIA	

DIÁRIO DO AMAZONAS DISPUTA	41
CAPA	
DIÁRIO DO AMAZONAS Claro & Escuro.....	42
OPINIÃO	
DIÁRIO DO AMAZONAS Claro & Escuro.....	43
AMAZONAS	
DIÁRIO DO AMAZONAS MP do tablet vira questão política	44
AMAZONAS	
DEZ MINUTOS Empresa pioneira de triciclo amplia produção	45
DEZ MINUTOS ARTIGO	46
DEZ MINUTOS DIRETAS	47

Omar chama bancada para ação contra os efeitos da MP sobre o PIM

POR JOELMA MUNIZ,
JUSCELINO TAKETOMI E
LUANA GOMES

Para o governador Omar Aziz o momento é de articulação e discussão política para evitar danos maiores à economia amazonense provocados pela MP 534. Ele e sua equipe econômica se reúnem hoje, em Brasília (DF), com a bancada federal do Amazonas para definir uma proposta, a ser encaminhada à presidente Dilma Rousseff, que assegure à Zona Franca de Manaus competitividade na produção de bens de informática, principalmente componentes para essa indústria. Na Assembleia Legislativa, a bancada de oposição defende a luta jurídica no âmbito do STF (Supremo Tribunal Federal) para que a ZFM não seja prejudicada. A Câmara Municipal foi palco de uma sequência de ataques à bancada federal do Estado, cuja atuação foi desaprovada pelos vereadores. Lideranças empresariais também manifestaram preocupação com os efeitos da MP.

Página A3 e A5

“Nossa luta agora é manter o nosso Polo Industrial criando outras facilidades”

Em clima de sucessão Braga sofre críticas pela MP dos tablets

As movimentações em torno da sucessão municipal em 2012 estão agitando de tal forma o clima político que nem mesmo a edição da MP 534 (medida provisória) pelo governo federal, causando enorme prejuízo de competitividade à Zona Franca de Manaus, está sendo capaz de serenar ânimos e mobilizar os políticos amazonenses em torno da questão, como de praxe acontece toda vez que surge um

perigo no horizonte dos incentivos fiscais regionais.

Ontem, por exemplo, o senador Eduardo Braga (PMDB), pré-candidato a prefeito com maiores possibilidades de vir a disputar e vencer a eleição municipal, se tornou vitrine para vereadores e deputados que, aproveitando o momento da MP 534, indiretamente procuram desconstruir a imagem positiva com que saiu do governo do Amazonas há apenas 14 meses.

Na Câmara Municipal, onde no final do ano passado Braga mobilizou 20 votos para eleger seu candidato à presidência da Casa, os vereadores que se pronunciaram foram quase unânimes em criticar a atitude passiva do senador diante da medida provisória que beneficia os demais Estados do país, principalmente São Paulo, com isenção de tributos para a fabricação dos tablets. Somente uma voz isolada levantou o tom para defendê-lo.

Na Assembleia Legislativa, o ex-aliado na vitória de dezem-

bro na CMM, hoje deputado Marcelo Ramos (PSB) criticou uma entrevista do senador a um jornal local, onde afirma que o Estado estava paralisado havia 14 meses, ou seja, desde que ele saiu do governo. Mereceu de Ramos a definição de "deselegante" na declaração e uma ironia: "Foi o discurso de oposição mais duro que eu ouvi".

Na mesma casa política Braga foi ainda criticado pelo petista José Ricardo Wendling, por ter afirmado na segunda-feira (23) que desconhecia a MP 534, uma medida que vem sendo preparada e debatida desde o final do governo Lula, e que de antemão se sabia ser prejudicial aos interesses do Amazonas.

É sintomático que integrantes de dois partidos que declaradamente almejam a prefeitura de Manaus, comecem a atacar o senador, justamente num momento em que todos deveriam se unir politicamente para defender a Zona Franca de Manaus.

Frente & Perfil

Deputado propõe Adin contra MP 534

Mesmo sendo do PT, partido da presidenta Dilma, o deputado José Ricardo Wendling propôs ontem que a Assembleia Legislativa e o governo do Estado ingressem com Adin (Ação Direta de Inconstitucionalidade) no STF (Supremo Tribunal Federal) contra a MP 534 que concede benefícios fiscais para a fabricação de tablets nos outros Estados, prejudicando a Zona Franca de Manaus. “A ALE deve fazer sua ação independente, enquanto parlamento estadual. Mas o governo do Estado também tem o dever de ingressar no STF”, disse. José Ricardo bateu forte na bancada federal tomando como exemplo o senador Eduardo Braga, que disse desconhecer a questão. “Se ele, que foi governador duas vezes, desconhece, então parece que boa parte dos políticos federais não está acompanhando essas questões”. O deputado cobrou do governo ações estruturantes para traçar o planejamento econômico e de desenvolvimento do Amazonas para o futuro. “Não podemos estar sempre na dependência do atual modelo ZFM”, concluiu.

Frente & Perfil

LOUREIRO

Família Loureiro reúne nesta quarta-feira (25) para homenagear o ilustre e inesquecível patriarca professor Thales Loureiro, que completa 97 anos de nascimento na data e, coincidentemente, 25 anos de falecimento. Os Loureiro também vão comemorar em sua homenagem as grandes conquistas judiciais obtidas ultimamente.

#

Estado que lhe proporcionou o feito. Na última visita a própria Dilma reconheceu a votação expressiva e prometeu resguardar a ZFM, inclusive ampliando sua validade por mais 50 anos. Fez outra coisa.

#

PENALIZA

Ainda não completou um ano da eleição presidencial e a candidata que obteve maior percentual de votos do país no Amazonas está penalizando o

Linhas Cruzadas

ESQUIVO

O secretário da Sefaz, Isper Abraham tem fama de ser esquivo com a imprensa. Mas agora está extrapolando a regra, esquecendo que é um homem público. A reportagem do JJC está há duas semanas tentando uma entrevista sobre execução orçamentária do Estado, e ele saindo pela tangente. Ontem (24) mandou a assessoria informar que só pode atender em junho.

SUMIDO

Senador João Pedro (PT) que recebeu o mandato de bandeja do titular Alfredo Nascimento (PR), e que se diz um dos políticos amazonenses mais próximos da presidenta Dilma, anda sumido nas discussões em torno da MP 534, que causa enorme prejuízo ao polo de informática da Zona Franca de Manaus.

COCHILO

Vereador Elias Emanuel (PSB) ficou indignado com o fato do ministro da Ciência e Tecnologia, Aloizio Mer-

cadante (PT-SP), aparecer na televisão comemorando a edição da MP 534, e descontou na bancada federal do Amazonas. "Não adianta minimizar. Lamentavelmente, a bancada federal do Amazonas no Congresso Nacional dormiu no ponto".



RACHA

Os sintomas no meio político é de que pode estar havendo um racha entre o ex-governador e o atual, por conta da MP 534. Especula-se que Omar Aziz e seus seguidores na Câmara e Assembleia acham que o senador está omissos diante da ameaça, e creditam isso ao compromisso dele com a presidenta Dilma. Já o governador e aliados querem partir pra briga.

Articulação 'zero'

Bancada federal 'inerte' é novamente criticada e deputados querem intervir

Governistas e oposição concordam, enfim, em um ponto: a bancada do Amazonas no Congresso é omissa. Para tentar reverter prejuízos da MP dos tablets, deputados devem criar comissão estadual

Por Juscelino Takatomi

Especial para o JOC

Sem esperança de reversão da Medida Provisória dos Tablets em nível do Congresso Nacional, a bancada de oposição na Assembleia Legislativa defende agora a luta jurídica no âmbito do STF (Supremo Tribunal Federal) para que a Zona Franca de Manaus (ZFM) não seja prejudicada em suas van-

tagens comparativas com relação à produção de bens de informática. Da tribuna, o deputado do PCdoB, Marcelo Ramos, acusou de "traição" o governo federal e qualificou de "omissa" a bancada federal que até o momento nada fez para neutralizar a MP.

Entre os parlamentares governistas, o deputado Adjuto Afonso, em entrevista ao JOC, propôs a formação urgente de uma comissão de deputados com o objetivo de ir a Brasília na próxima semana para dialogar com os deputados e senadores amazonenses e pressioná-los a agir com rapidez dentro do prazo de trinta dias concedidos para a apresentação de emendas à MP. "Ainda temos tempo, mas temos que ser rápidos", afirma o parlamentar.

Adjuto Afonso acredita que a intervenção da Assembleia junto a bancada federal ajudaria bastante o governador Omar Aziz que, segundo ele, também deve usar sua liderança para sensibilizar os parlamentares que repre-

sentam os Estados amazônicos no Congresso, a combaterem a MP no plenário do Senado e da Câmara Federal. De acordo com ele, a ALE também não pode ficar alheia ao processo e nem descartar a possibilidade de propor uma Ação Direta de Inconstitucionalidade no STF, como propõe o líder comunista Marcelo Ramos.

A batalha no STF é corroborada, igualmente, pelo líder do PPS na ALE, deputado Luiz Castro, para quem a bancada federal do Estado deve "trancar a pauta do Congresso e obrigar o governo federal a respeitar o Amazonas". Para ele, a bancada deve seguir o exemplo do ex-senador Arthur Neto (PSDB) que por diversas vezes usou esse expediente para defender a ZFM no Congresso e forçar os líderes governistas à negociação. "Se os nossos deputados e senadores trancarem a pauta, o governo negocia", destaca.

A sessão legislativa de ontem

foi agitada com a repercussão negativa da publicação da MP dos tablets no Diário Oficial da União, e a tônica foram os ataques à bancada federal. O senador Eduardo Braga (PMDB), por exemplo, foi acusado pelo comunista Marcelo Ramos de

criticar injustamente o governador Omar Aziz de paralisar o Estado.

"Na verdade, foi ele, Braga, quem paralisou o Estado ao deixar de herança uma dívida de mais de R\$ 600 milhões", disparou. O próprio deputado

Vicente Lopes (PMDB), membro do colegiado de líderes do governo estadual na Aleam, alfinetou Braga ao lembrar a construção do gasoduto Coari-Manaus, "que era uma promessa de energia barata, o que ainda não aconteceu".

"Bancada tem que ir à porta de Dilma"

Por Joelma Muniz

A CMM (Câmara Municipal de Manaus) também foi palco de uma sequência de ataques à bancada federal do Estado, cuja atuação foi desaprovada pelos parlamentares estaduais, em questões polêmicas como a da MP 534 (Medida Provisória), dos bens de informática, e do novo Código Florestal. A chuva de críticas veio apenas um dia após os membros da bancada, senador Eduardo Braga (PMDB), deputada federal Rebecca Garcia (PP) e deputado federal Pauderney Avelino (DEM), visitarem a Casa para debate sobre a Reforma Politi-

ca. Por conta do embate, os parlamentares da CMM querem ingressar junto ao STF (Supremo Tribunal Federal) com uma Adin (Ação Direta de Inconstitucionalidade) contra a MP. A ideia partiu do vereador Leonel Feitoza (PSDB) e foi aprovada por unanimidade pelos demais vereadores. O próximo passo será dado pela procuradoria da Casa, que analisará a legalidade da ação. Além da medida, os parlamentares também aprovaram uma Moção de Repúdio, feita pelo vereador Luiz Mitozo (PV).

"Nós temos que ingressar com essa Adin para mostrar que a CMM está indignada com esse procedimento do governo do PT, com essa traição da presidenta Dilma Rousseff, que teve a maior votação proporcional do Brasil dada pelo Estado do Amazonas e agora esquece de tudo isso. E ainda falam em preservar a Amazônia, a floresta, mas o que se vê é que querem destruir o Estado do Amazo-

nas", destacou.

O líder do Executivo, Leonel Feitoza, classificou como espantoso o silêncio da bancada do Estado, e lamentou a falta de Arthur Neto no Senado. "Cansei de ver o ex-senador Arthur Virgílio parando o Congresso Nacional, trancando pauta quando existia alguma ameaça à ZFM e não vi a mesma coisa agora, nenhum pronunciamento, a exceção do deputado federal Pauderney Avelino", ressaltando que o governador do Estado, Omar Aziz (PSD), está sozinho na luta pelos Tablets.

Para o vereador Paulo De Carli (PRTB), a bancada do Amazonas vem errando ao adotar a estratégia da 'espera'. De Carli afirma que não entende a falta de antecipação em um assunto de extrema relevância. "A bancada precisa ir à porta da presidente Dilma. Se ela não abrir a porta, eles precisarão arrombar", enfatizou.

Elias Emanuel (PSB) intitulou a decisão do governo como: "MP do bem para São Paulo" e do "Mal para Manaus", ele também disse estar indignado com a postura do ministro de Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante (PT), que na segunda-feira, 23, comemorou a aprovação que vai beneficiar a indústria paulista.

"Com essa MP, a produção de tablets pode ser feita a partir de 140 centímetros cúbicos e isso nada mais é do que uma pegadinha. Logo, logo, se nada for feito, vão encontrar uma forma de levar o polo de televisores para fora de Manaus", analisa o parlamentar.

O deputado José Ricardo Wendling (PT) apresentou indicação para que a Aleam e o governo ingressem com uma

Adin no STF contra a MP dos bens de informática, caso seja entendida como inconstitucional. "A ALE deve fazer sua ação independente, enquanto parlamento estadual. Mas o governo do Estado também tem o dever de ingressar no STF", falou.

De acordo com ele, a MP 534, que se insere no Programa de Inclusão Digital no Governo Federal, equiparando-os aos bens de informática, diminui as vantagens comparativas da ZFM (Zona Franca de Manaus) no setor, em relação a outras localidades do Brasil. "A Zona Franca é o nosso ganha-pão, porque o Amazonas depende unicamente desse modelo", declara o parlamentar, ressaltando que a bancada federal do Amazonas deveria estar acompanhando assuntos que estão ligados aos interesses econômicos do Estado.

"O senador Eduardo Braga, por exemplo, disse desconhecer o assunto. Se ele, que foi governador duas vezes, desconhece, então parece que boa parte dos políticos federais não está acompanhando essas questões", lembrou.

O deputado federal Pauderney Avelino (DEM) postou em um site de relacionamento que quem acreditou no prestígio da presidente Dilma pelo Amazonas, quebrou a cara. "A edição da MP 534 é um desrespeito ao povo do Amazonas! Tirar do AM a possibilidade de produzir 'Tablets', quando zera alíquota de PIS/COFINS. Os impostos regulatórios IPI e II não pesam no cálculo de custo fiscal, para decisão de implantação fora do PIM. Quem acreditou que os governos Lula e Dilma protegiam a ZFM, quebrou a cara!", ironizou.

Governador reúne parlamentares no DF

O governador Omar Aziz e sua equipe econômica se reúnem hoje, em Brasília (DF), com a bancada de deputados federais e senadores do Amazonas para definir uma proposta, a ser encaminhada à presidente Dilma Rousseff, que assegure à ZFM (Zona Franca de Manaus) competitividade na produção de bens de informática, principalmente componentes para essa indústria. Para Omar, o momento é de articulação e discussão política para evitar danos maiores à economia amazonense. A principal discussão

com a bancada será sobre a MP (Medida Provisória) 534 que, de acordo com o governador, desonera em cerca de 32% a produção de tablets no restante do país, em detrimento das vantagens comparativas do PIM. "Com esse patamar de desoneração é impossível a ZFM competir, mesmo com o incentivo que temos. Nossa luta agora é manter o nosso Polo Industrial criando outras facilidades. Esse foi o compromisso que a presidente Dilma assumiu com a gente, de manter, ampliar e prorrogar a Zona Franca man-

tendo a competitividade dela", frisou. Assim que foi editada a MP 534, o governador manteve contatos com a equipe econômica do governo Dilma para discutir uma solução para a perda de competitividade do PIM na produção dos tablets e de displays, cuja produção em Manaus também poderá perder as vantagens fiscais com a nova Medida Provisória. Por telefone, Omar expôs a preocupação ao ministro-chefe da Casa Civil, Antonio Palocci, e ao ministro do Desenvolvimento, Fernando Pimentel.

Conceição Sampaio aposta no diálogo

Diferente de seus pares, a deputada Conceição Sampaio (PP) acredita em modificação da MP dos tablets no Congresso Nacional. Segundo ela, o governador Omar Aziz já iniciou suas articulações junto à bancada federal do Estado visando a apresentação de emendas para amenizar os efeitos nocivos da Medida.

“A matéria nem relator possui ainda, de maneira que temos trinta dias para trabalhar no Congresso, e nós confiamos na capacida-

de do nosso governador”, observa.

Na opinião da parlamen-

***Para a deputada,
'MP dos tablets'
pode ser modifi-
cada no Congresso
Nacional***

tar, é cedo para se criticar o governo federal, mas vê com bons olhos a formação de uma comissão de

deputados estaduais para ir ao Congresso articular as mudanças na MP. Ao mesmo tempo, ela repudia os ataques à presidente Dilma Rousseff, ressaltando que “a presidente merece, sim, um voto de confiança do povo do Amazonas”.

Afirma que, neste momento, o diálogo é o principal instrumento para se operar o elenco de emendas que devem reverter a MP dentro do prazo regimental de 30 dias do Congresso.

MP dos Tablets

Televisor pode ser o próximo item da lista, alerta Sinaees

Segundo Wilson Périco, alteração da Lei 11.196/2005 permitiria incentivo para fabricação do eletroeletrônico fora da ZFM

POR LUANA GOMES

A novela dos tablets inicia mais um capítulo. Quase como o ditado, há mais mistérios entre a MP (Medida Provisória) e a ZFM (Zona Franca de Manaus) 'do que sonha nossa vã filosofia'. Depois de ter sido editada no início da semana, os representantes da indústria comentam que os interesses da medida vão muito além da produção do dispositivo pessoal em formato de prancheta.

De acordo com o presidente do Sinaees/AM (Sindicato da Indústria de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos e Similares do Estado do Amazonas), Wilson Périco, a verdadeira intenção por trás da MP foi dar possibilidade para que as empresas nacionais usassem o benefício para fabricar televisores.

Na alteração da Lei 11.196/2005, os tablets foram especificados com uma área superior a 140 cm², assim, para o dirigente, sem limite de tamanho de tela é provável que comecem a produzir televisão como se fosse

o dispositivo. Périco avalia que já existem televisões de tecnologia parecida, com o recurso do touch screen.

O presidente do Cieam (Centro da Indústria do Estado do Amazonas), Maurício Loureiro, confirma a preocupação e ressalta que o Polo pode perder a 'galinha dos

Maurício Loureiro ressaltou que o PIM corre risco de, a exemplo do que ocorreu com o celular, perder um de seus produtos de maior faturamento

ovos de ouro' do segmento de eletroeletrônicos, como fizeram com o celular. Segundo ele, por conta da classificação do item de telefonia portátil como bem de informática, a região perdeu de quatro a cinco fabricantes para os Estados de São Paulo e Minas Gerais.

Isso causaria uma 'parada cardíaca' na ZFM. Afinal, o segmento eletroeletrônico respondeu por 31,45% do faturamento do PIM (Polo Industrial de Manaus) até março (US\$ 2.95 bilhões), do qual, somente o televisor de tela LCD abocanhou 42,96% da fatia, uma quantia de US\$ 1.27 bilhão, de acordo com os indicadores da Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus).

Outra preocupação é se a medida não deve afetar os planos de empresas, como a Greenworld, Digibrás e Gradiente, que irão investir no Estado para fabricar o tão comentado dispositivo. Conforme e-mail das assessorias, tanto a Digibrás quanto a Gradiente, por hora, não irão se manifestar sobre o assunto.

A reportagem do *Jornal do Comércio* não conseguiu entrar em contato com a direção da Greenworld. O consultor da empresa, Ozias Santiago, não pode informar a posição da companhia. Entretanto, afirmou que ela já deve iniciar os preparativos para a produção.

MP dos Tablets (continuação)

Efeito dominó também pode afetar o comércio de Manaus

Embora as indústrias amazonenses sejam as principais cotadas para saírem 'queimadas' nesta polêmica, o comércio também pode ficar 'chamuscado' na discussão. Périco explica que a saída das empresas do Amazonas impulsiona a perda de empregos e, consequentemente, a queda no nível de renda. Desta forma, acaba impactando no comércio local, que não terá demanda suficiente para se manter.

O vice-presidente da Fecomércio/AM (Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do

Amazonas), Aderson Frota, confirma o temor e avalia que tudo é uma reação em cadeia. Se houver perda de alguns

dinheiro, não há como o consumidor comprar", destacou.

Segundo o presidente da ACA (Associação Comer-

ca a competitividade com o restante do país, devido a sua deficiência logística.

Determinação política

O dirigente do Sinacex/AM assevera que os representantes da indústria não podem fazer muita coisa, já que a determinação é política. Contudo, eles têm procurado apoiar o governo estadual para encontrar uma solução que favoreça a região amazonense.

O presidente da Fieam (Federação da Indústria do Estado do Amazonas), Antô-

nio Silva, declara que a entidade, junto a todos os setores produtivos, está tomando as providências cabíveis, neste caso, enviando um manifesto a todos os jornais do Amazonas para alertar sobre o perigo eminente.

Fecomércio/AM lembra que saída de empresas causaria perda de empregos e queda do nível de renda do consumidor, impactando a demanda do setor

itens, diminuirá o mercado de produção, favorecendo o desemprego e, de uma forma ou de outra, o comércio. "Sem

cial do Amazonas), Gaitano Antonaccio, há necessidades de trabalhar em cima disso, para que o Estado não per-

Encontro com Notáveis: Maio de 2011



Follow-Up EMPRESARIAL

A 120ª edição do programa “Encontro com Notáveis” ocorrerá hoje, quarta-feira, às 18:30 h, no Studio 5. Realizado mensalmente pelo CIEAM, por intermédio do CETRIN (Centro de Treinamento da Indústria) e sob a coordenação da psicóloga Ana da Luz Monteiro, o programa, sem fins lucrativos, visa contribuir para aprimorar a qualidade do capital humano - o mais valioso fator de produção na era do conhecimento - de Manaus. Ao longo de 12 anos, “Encontro com Notáveis” foi assistido por uma plateia acumulada que já superou 70 mil pessoas, o que revela sua amplitude e grau de penetração na comunidade manauara.

A palestra deste mês será proferida pelo notável Paulo Araújo, que abordará o tema: “Foco, Escolhas e Autoengano: Como Agir para Obter Sucesso”, com o seguinte conteúdo programático:

- ✓ Brigar ou Aceitar Mudança?
- ✓ Competição x Cooperação.
- ✓ Quem é seu Principal Inimigo?
- ✓ Percepção x Autopercepção no Ambiente de Trabalho.
- ✓ Sua Vida: Resultado das suas Escolhas.
- ✓ Autoengano: Como Funciona esse “Sabotador” Interno.
- ✓ Escolhas de Valor, Foco e Autoengano: O impacto para a sua carreira.
- ✓ Como Criar um Círculo Virtuoso na sua Vida.

✓ Como Conduzir uma Carreira de Sucesso.

O notável Paulo Araújo é Administrador de Empresas, pós-graduado em Marketing e em Gestão pela Qualidade e Produtividade e especialista em palestras de motivação e de vendas, sempre primando pelo conteúdo das informações e pela interação com o público. Suas palestras surpreendem pela aplicação rápida e prática dos temas abordados. Realizou palestras em empresas como Cia. Vale do Rio Doce, SBT - SC, Volkswagen, TIM, AmBev, Porto Seguro Seguros, DuPont, Correios, Itáu Seguros, O Boticário, Tribunal de Contas do Paraná, Ministério do Meio Ambiente - DF, etc. Autor de livros de sucesso, tem artigos publicados nas principais revistas e jornais do país, como Você S/A, VendaMais, Pequenas Empresas Grandes Negócios, entre outros. Convidado pela Revista VendaMais, a maior e melhor revista de vendas do Brasil, a participar das publicações “Gigantes das Vendas” e “Gigantes da motivação”, ambos os livros publicados pela editora Landscape.

Os apoiadores-parceiros do evento são: Salcomp, Technos, 3M, Jabil, Continental, Tutiplast, Fujifilm, Microservice, Masa-Flextronics, Nokia, P&G, Yamaha, Whirlpool, Sony, Honda, Showa, Digiboard, Coca-Cola, Minds, Dental Plan, BDS, Scópius, Seculus, Nassau, Videolar, Copag, Bemol, Fieam, Senai, Fucapi, Sebrae-AM, Samel, Voight, Múltipla, Aliança Navegação, Aduana, MCM, Magistral, Restaurante Fiorentina, Real Bebidas, Novotel, Hotel da Vinci, FG Refeições, Focus/DM, Sulamérica. Se sua empresa desejar tornar-se apoiadora do programa, uma das formas de fazê-lo é por meio da aquisição de ingressos para que seus colaboradores participem das palestras. O valor do investimento é R\$ 55,00 por ingresso e as inscrições podem ser feitas pelos telefones 3584-4107/4113, no horário comercial, ou pelo e-mail cetrin@cieam.com.br.

Produção recua e sinaliza desaquecimento

Sondagem da CNI informa que o setor registrou 47,6 pontos em abril, abaixo da média (50)

A atividade industrial recuou em abril na comparação com março. No mês passado, a produção do setor registrou 47,6 pontos, abaixo da linha divisória de 50 pontos, o que indica desaquecimento. A informação é da Sondagem Industrial, divulgada ontem pela CNI (Confederação Nacional da Indústria). Os indicadores da pesquisa variam de zero a cem. Valores acima de 50 pontos indicam evolução ou expectativa positiva.

De acordo com o estudo, os empresários avaliam que a atividade industrial em abril está abaixo do usual para o período. É o quinto mês consecutivo em que isto ocorre - em março, por exemplo, o índice foi de 53,3 pontos, contra 62,9 pontos em março de 2010. O UCI (índice de utilização da capacidade instalada) normal para o mês caiu de 47,4 pontos em março para 46,2 pontos em abril, afastando-se ainda mais da linha dos 50 pontos.

Acúmulo de estoque

No mês passado houve ainda acúmulo indesejado de estoques. O índice de 51,4 pontos mostra crescimento de estoques em abril. Em relação ao planejado, a pesquisa revela que os estoques estão acima, registrando 51,8 pontos. O acúmulo de estoques indesejados é maior nas grandes empresas, que registraram 53,4 pontos no indicador.

O número de vagas de



Foto: Arquivo Z&E

Apesar da queda, número de vagas de emprego tornou a crescer no período

emprego cresceu em abril na comparação com o mês anterior. O indicador registrou 51,3 pontos, puxado principalmente pelas grandes empresas, que pontuaram 53,5 pon-

tiveram-se praticamente estáveis nas contratações, com 50,9 pontos.

Mesmo com retração da atividade industrial em abril, os empresários continuam

Mas estão menos confiantes na comparação com abril. As expectativas dos industriais sobre a evolução da demanda no mercado interno registrou 60,7 pontos, quando foi de 61,7 pontos em abril. Já em relação às exportações, os empresários estão pessimistas. O indicador ficou em 47,9 pontos. O índice de expectativas para o emprego registrou 54,3 pontos e para compras de matérias-primas marcou 58,2 pontos.

A Sondagem Industrial das CNI foi realizada entre 29 de abril e 17 de maio com 1.442 empresas, das quais 813 pequenas, 416 médias e 213 de grande porte.

De acordo com o estudo, os empresários avaliam que a atividade está abaixo do usual para o período, sendo que é o quinto mês em que isso ocorre

tos. As indústrias de pequeno porte tiveram retração no índice, com 48,6 pontos, enquanto as médias empresas

otimistas em maio sobre as perspectivas para os próximos seis meses em três dos quatro indicadores analisados.

MANIFESTO DAS CLASSES PRODUTORAS E TRABALHADORAS DO AMAZONAS



As classes, de empresários e trabalhadores, que subscrevem a presente nota e congregam os diversos segmentos econômicos do Estado do Amazonas, representando 48 sindicatos patronais e 140 laborais, vêm a público denunciar e repudiar os ataques sistemáticos que sofre o Modelo de Desenvolvimento "Zona Franca de Manaus".

Presentemente, tivemos a edição da Medida Provisória 534/2011 que concede incentivos fiscais à produção de tablet no país, inviabilizando sua fabricação no Pólo Industrial de Manaus. Outras Medidas em curso, que impactam negativamente o nosso Modelo de Desenvolvimento, como a MP 517 que reduz a alíquota do PIS/PASEP e COFINS e prorroga os incentivos de isenção do IPI dos bens de informática, ferindo de morte a produção dos mesmos no Parque Industrial Amazonense. Precisamos estar em constante vigília e permanentemente atentos, com as Medidas Provisórias, Projetos de Leis, Decretos, Portarias, Resoluções e tantas outras possibilidades intencionais ou não que aos poucos minam o projeto ZFM, naquilo que já existe e está consagrado no Art. 40 do ADCT e no Decreto Lei 288/67. Assim, como também, para evitar que sejam incluídas no Projeto de Reforma Tributária, normas e medidas que prejudiquem ainda mais a economia amazonense.

De nada nos adiantará cumprir com a promessa de prorrogação da Zona Franca de Manaus se forem paulatinamente retiradas às vantagens comparativas que lhe são asseguradas pela Constituição Federal. O respeito às normas legais é imprescindível para o estado de direito que deve imperar nas relações entre os membros da Federação, sob pena de gerar insegurança jurídica prejudicial ao crescimento e ao desenvolvimento de empreendimentos econômicos que acreditaram na manutenção das regras estabelecidas.

É injusto e incoerente tratar de maneira igual situações desiguais. Regiões possuidoras de uma boa infraestrutura de produção e logística de transporte, disponíveis em todos os modais, não necessitam de incentivos iguais a de regiões carentes, desses e de outros recursos.

Lamentamos profundamente que alguns brasileiros não entendam o verdadeiro significado do Modelo da Zona Franca de Manaus. Os empreendimentos aqui implantados enfrentam toda a sorte de problemas infraestruturais, por isso recebem tratamento diferenciado que é aplicado para viabilizar investimentos que contribuem para o desenvolvimento sustentável da região, mantendo a preservação ambiental de mais de 95% da área do Estado do Amazonas, além de apresentarem recolhimento significativo de impostos federais, estaduais e municipais, e grande geração de empregos.

Desta forma, vimos prestar nosso irrestrito apoio e solidariedade ao Exmo. Governador do Estado, bem como a toda a bancada federal do Amazonas, na luta para reverter e/ou minimizar as medidas prejudiciais à nossa economia.

Independente das correntes ideológicas e partidárias, devemos nos manter atentos e unidos, empresários, trabalhadores, governo estadual e classe política das três esferas, para rechaçar qualquer manobra contrária aos interesses do povo do Amazonas, que possam inviabilizar investimentos, eliminar ou restringir empregos, tudo isso conquistado com grande esforço pela sociedade amazonense.

Manaus, 25 de maio de 2011

ANTONIO SILVA
Presidente da FIEAM

ROBERTO TADROS
Presidente da FECOMERCIO

MUNI LOURENÇO JR
Presidente da FAEA

GAITANO ANTONACCIO
Presidente da ACA

MAURÍCIO LOUREIRO
Presidente do CIEAM

CARLOS LACERDA
Secretario da CNTM

RICARDO MIRANDA
Presidente da FTIEAM

VALDEMIR SANTANA
Presidente da CUT/AM

VICENTE FILLIZOLA
Presidente da FORÇA SINDICAL/AM

Dominicanos

Fieam realiza Rodada de Negócios com empresários

A Fieam (Federação das Indústrias do Estado do Amazonas), por meio do CIN/AM (Centro Internacional de Negócios), estará recebendo em 6 e 7 de junho comitiva de 32 empresários da República Dominicana. O grupo está numa missão de conhecimento dos produtos fabricados no Estado com interesse de firmar novos negócios. Dentre os itens de importância para os dominicanos, destacam-se alimentos, chocolates, bebidas, madeira, móveis, material hospitalar, eletrodomésticos e eletroeletrônicos.

Para discutir o mercado regional com esses potenciais clientes estrangeiros, o CIN organizará uma Rodada de Negócios com

empresários locais que terão a oportunidade de expor seus produtos e conquistar compradores dominicanos, com perspectiva de ampliar os negócios, bem como internacionalizar os produtos do Amazonas.

A programação contará com a palestra institucional sobre a Zona Franca de Manaus, proferida pela secretária executiva adjunta de Relações Internacionais da Seplan (Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico), Juliane Simão Mello.

Para participar os interessados devem fazer suas inscrições pelos telefones 3631-0907/3631-0899 ou pelos e-mails tereza.oliveira@fieam.org.br e rafela.correa@fieam.org.br

Incentivos fiscais

Impostos sobre tablets serão reduzidos em até 31%

A medida provisória que autorizou incentivos fiscais para os tablets permitirá a redução de até 31% nos impostos que incidem sobre o produto, informou o ministro da Fazenda, Guido Mantega.

Os tablets são computadores portáteis em forma de prancheta e sem teclado. Nesta segunda-feira, 23, o Diário Oficial da União publicou a Medida Provisória nº 534, que inclui na Lei nº 11.196 os tablets.

O texto, conhecido também como Lei do Bem é de 2005 e foi criado para dar incentivos a

projetos de inovação tecnológica.

“O custo do tablet no Brasil será igual ao custo

Lei trouxe isenção das alíquotas do PIS e da Cofins para as inovações tecnológicas, permitindo a redução do preço no mercado interno

lá fora.

De modo que [a medi-

dal torna o Brasil atraente para a fabricação.

Como temos um grande mercado, é conveniente que as empresas se instalem aqui. Dessa maneira, vamos incentivar que novas venham e as que estão aqui façam o produto no Brasil”, disse Mantega.

Na última quinta-feira (19), o secretário da Receita Federal, Carlos Alberto Barreto, já tinha antecipado que a MP incluiria o novo tipo de computador na Lei do Bem.

Segundo Barreto, a lei trouxe o benefício de isenção das alíquotas do PIS e da Cofins para as

inovações tecnológicas, permitindo a redução do preço no mercado interno.

O secretário disse ainda que os tablets terão redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), de 15% para 3%, se as empresas tiverem processos produtivos básicos no país.

A MP publicada hoje determina também que nas notas fiscais emitidas pelo produtor, pelo atacadista e pelo varejista relativas à venda dos produtos deverá constar a expressão “produto fabricado conforme processo produtivo básico”;

NA ALE E CMM

Bancada amazonense é criticada

Deputados e vereadores criticaram a falta de empenho dos parlamentares amazonenses, em Brasília, para trazer a produção de tablets para o Polo Industrial de Manaus. **PÁGINA A3 E A16**

Como se tamborete fosse

A bancada federal do Amazonas no Congresso Nacional deu a impressão de ter-se comportado como se tamborete fosse frente às duas medidas adotadas pelo governo federal, as quais atingem diretamente a Zona Franca de Manaus, deixando de oferecer a devida resistência política às Medidas Provisórias 534 e 517. A primeira fora publicada no Diário Oficial da União, na última segunda-feira, desonerando em 31% a produção de tablets, o que inviabiliza, por conseguinte, a fabricação deles no Polo Industrial de Manaus; a segunda, prestes a ser alterada, consolida mais ainda a produção

de bens de informática Brasil afora, em detrimento, obviamente, das empresas desse ramo instaladas na Zona Franca de Manaus. Até bem recentemente, qualquer afronta jurídico-tributária e política a esse modelo de desenvolvimento regional e nossa principal locomotiva industrial costumava provocar uma reação veemente dos parlamentares amazonenses com assento no Congresso Nacional. No entanto, nos dois casos em questão, nos últimos dois dias, houve, dentre eles, quem preferisse falar de corrupção e outros assuntos a vir a público criticar a postura do Planalto no que tange às referidas

MPs. Outro parlamentar, sem dar-se conta, talvez, de que a defesa dos interesses do Amazonas exige permanente vigilância e respostas previamente articuladas pela bancada, disse ontem que ainda iria estudar que medidas poderiam ser tomadas para resguardar as vantagens comparativas da ZFM.

Deixar para agir depois, e desarticuladamente, não é uma atitude que produza bons resultados, seja lá em que situação for. Isso justifica, por exemplo, a grita do empresário que disse que fomos "enganados pelo Planalto", por um lado, e, por

outro, explica o manifesto reconhecimento de alguns dos membros da própria bancada de que ela jogara a toalha no chão, como faz o boxeador frente ao adversário com o qual peleja. Mesmo admitindo o acentuado perfil governista dos parlamentares federais, isso não autoriza nenhum deles a se comportar como se fosse tamborete na relação com o Planalto. Que a ida do governador Omar Aziz a Brasília, hoje, com o objetivo de entrincheirá-los na defesa da ZFM, sirva também para lembrá-los de que precisamos deles agindo coesa e firmemente em prol do Amazonas.

Sim & Não

Despreparo Longe das articulações internas, a briga entre os governistas pôs em xeque a qualidade dos debates no Legislativo, já que o tema mais importante da semana, as ameaças contra a ZFM, foram deixadas de fora pelo bloco

Precursor O senador João Pedro (PT) está passando por gabinetes de ministros que conversarão amanhã com o governador Omar Aziz para tratar das MPs que perturbam o PIM. Ontem, encontrou-se com Aloísio Mercadante (Ciência &

Tecnologia) e hoje fala com Fernando Pimentel (MDIC).

Nem pensar! Do encontro que teve com Mercadante, um dos ministros que assinou a MP dos Tablets, que ameaça empregos do PIM, João Pedro saiu dizendo: "Acertamos que demissão nem pensar!"

Frutas O Amazonas fechou acordo com a Coca-Cola para a instalação de uma indústria de beneficiamento de frutas regionais no Estado com vistas à produção de suco. A informação foi dada ontem pelo governador Omar Aziz, em visita a Iranduba.

Bancada federal do AM é chamada de omissa

**CESAR AUGUSTUS COELHO
E CAROLINE PINAGÉ**
DA EQUIPE DE A CRÍTICA

A bancada do Amazonas no Congresso Nacional (composta por três senadores e oito deputados federais) foi classificada, ontem, de "omissa, desatenta e incapaz" por parlamentares da Assembleia Legislativa do Estado (ALE-AM) e da Câmara Municipal de Manaus (CMM).

Na sessão plenária tanto da ALE-AM quanto da CMM, deputados e vereadores afirmaram que os representantes do Estado no Congresso não tiveram competência e nem articulação política suficiente para evitar a assinatura da Medida Provisória 534 que concede isenção fiscal de PIS/Pasep e Confins à comercialização dos tablets em todo País.

O deputado estadual, Marcelo Ramos (PSB), atribuiu ao senador e ex-governador Eduardo Braga (PMDB) a responsabilidade pelos problemas ora enfrentados pela Zona Franca de Manaus em decorrência da MP 534. Ramos apontou a falta de mobilidade política de Braga no Senado e disse que houve equívoco nas escolhas de prioridades durante a gestão do ex-governador.

"Ele (Braga) não investiu em infra-estrutura, não se esforçou para conseguir recursos federais para priorizar a ampliação dos portos e do aeroporto, não construiu estradas, enfim, não redu-

Saiba mais

>> Audiência

Na ALE-AM está marcado para o dia 6 de junho uma audiência pública para discutir o atual modelo Zona Franca de Manaus (ZFM). A iniciativa é de autoria dos deputados José Ricardo Wendling (PT) e Arthur Bisneto (PSDB).

>> A medida

O Diário Oficial da União (DOU) publicou na segunda (23) a Medida Provisória (MP) 534 que inclui o Tablet PC no Programa de Inclusão Digital. A MP concede incentivos fiscais aos fabricantes de componentes eletrônicos para tablets, bens de informática.

Bancada federal do AM é chamada de omissa (continuação)

O deputado Marcelo Ramos disse que "a presidente Dilma Rousseff (PT) traiu o Amazonas". Ramos acrescentou que diante da medida do Governo Federal, os incentivos fiscais da ZFM não compensam o isolamento geográfico da região.

"A falta de infraestrutura, a má qualidade da telefonia e a lentidão da Internet foram cruciais para que os chineses escolhessem outra base de produção, como Jundiá (SP). A exclusão da ZFM nessa questão ficou nítida quando a superintendente Flávia Grosso (da Suframa) ficou de fora da comitiva da presidente Dilma em visita à China".

O governo Dilma Rousseff (PT) foi alvo de sérias críticas pelos membros da CMM. "Nós temos que ingressar com essa ADIN para mostrar que a CMM está indignada com esse procedimento do governo do PT, com essa traição da presidente Dilma Rousseff, que teve a maior votação proporcional do Brasil dada no Amazonas e agora esquece tudo isso", criticou Leonel Feitoza.

O deputado Arthur Bisneto disse que a bancada fracassou e isso pode fazer com que outras empresas deixem de produzir no PIM. Lideranças empresariais do Amazonas, em nota oficial, pedem a união de todos pela ZFM.

Leia mais em A 16

ziu os gargalos logísticos. Ao invés disso, resolveu construir uma ponte que, do ponto de vista urbanístico, é válido, mas em termos de estratégia econômica é ineficaz", disse Marcelo Ramos.

Na CMM, o vereador Massami Miki (PSL), vice-presidente da Casa, defendeu, em seu pronunciamento na tribuna, o senador Eduardo Braga que após participar na segunda-feira do debate sobre

Reforma Política, na CMM, retornou a Brasília, onde teria reunião com o ministro da Fazenda, Guido Mantega, para discutir o assunto.

O líder do prefeito na CMM, vereador Leonel Feitoza disse que o único político que havia se manifestado contrário à medida provisória teria sido o governador Omar Aziz.

Feitoza lembrou que Amazônino Mendes, à época no cargo de governador, tomou "medidas

Bancada federal do AM é chamada de omissa (continuação)

Ex-senador Artur Neto é lembrado

Tanto na ALE-AM quanto na CMM o efeito da aprovação da MP 534 sobre a Zona Franca de Manaus produziu um efeito saudade do ex-senador Artur Virgílio Neto (PSDB).

O filho do ex-senador, o deputado estadual Arthur Bisneto (PSDB) disse que "foram 16 anos em que a Zona Franca de Manaus (ZFM) esteve bem protegida com a presença do senador Artur Neto. Bastaram

apenas cinco meses sem ele no parlamento para que os interesses da ZFM sofram um revés".

O vereador Leonel Feitoza (PSDB) disse que no tempo em que esteve no Senado Federal, o ex-senador Artur Virgílio Neto defendia os interesses locais com muita dedicação. "Lembro que quando havia ameaças como essas para o modelo ZFM, o senador Artur parava o Congresso trancando as pautas".

Na quinta-feira (19), a senadora

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) fez um discurso, no Senado no qual defendeu a ZFM como área própria para receber a fábrica de tablets.

"É impossível continuarmos a conviver de forma passiva com os índices que o nosso País tem: regiões Sul e Sudeste muito desenvolvidas e regiões com nível de desenvolvimento muito mais atrasado, que são as regiões Norte e Nordeste, e um pouco menos a região Centro-Oeste", disse.

Bancada federal do AM é chamada de omissa (continuação)

Assembleia e Câmara propõem ADIN

O deputado José Ricardo Wendling (PT) apresentou ontem indicação para que a ALE-AM e o Governo do Estado ingressem com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a MP 534. “A ALE-AM deve fazer sua ação independente, enquanto parlamento, mas o Estado também tem o dever de ingressar no STF”, disse o deputado.

Wendling não acusou e nem defendeu a presidente Dilma Rousseff, mas atribuiu a promulgação da MP 534 à falta de iniciativa da bancada amazonense e da administração estadual anterior. “Houve uma desatenção (da bancada) para a questão dos tablets e deixaram passar (a MP). No entanto, o mais grave é a falta de medidas estruturantes (do governo) para viabilizar a aplicação do modelo ZFM”.

Na CMM, o vereador Leonel Feitoza também apresentou proposta de a Casa ingressar com uma ADIN contra a Medida Provisória no Supremo Tribunal Federal (STF).

A proposta foi acatada pela Mesa Diretora da Câmara e aprovada por unanimidade pelos 35 vereadores - do total de 38 - que estavam presentes, na sessão de ontem após a chamada nominal, no início da Ordem do Dia.

Bancada federal do AM é chamada de omissa (continuação)

Parlamentares fazem silêncio sobre a briga

Na CMM e na ALE-AM maioria prefere "ignorar" Amazonino e Braga

Deputados estaduais e vereadores reagiram com silêncio à troca de acusações entre o senador Eduardo Braga (PMDB) e o prefeito de Manaus, Amazonino Mendes (PTB), ambos ex-governadores do Estado. Na CMM, nem a bancada de apoio nem a de oposição ao prefeito se posicionaram. O deputado Marcelo Ramos (PSB) chegou a comen-

tar que nem ele criticaria o governador (Omar Aziz) como o ex-governador Braga o fez.

A manifestação mais forte partiu do vice-presidente da ALE-AM, deputado Marcos Rotta (PMDB) e foi feita à tarde. De acordo com release distribuído à imprensa pela assessoria do deputado, Rotta defendeu o senador Eduardo Braga. Disse que

Braga foi o maior governador do Estado e critica a posição do prefeito de acusar, pois "o povo tem provas concretas das ações do governo Braga".

O deputado estadual ressaltou ainda a aprovação de todas as contas do ex-governador pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE) e a alta popularidade do ex-governador.



O então governador Braga (centro), o prefeito Amazonino e o vice, Omar

Os desentendimentos entre Braga e Amazonino se intensificaram nesses dias a partir da entrevista do ex-governador concedida à CRÍTICA e publicada na edição de segunda-feira. Nela, Braga critica a administração de Amazonino e afirma que a cidade está um caos porque não há planejamento. Disse ainda que ele foi o fato novo na política amazonense.

Ontem, o prefeito rebateu as críticas e disse que o novo na gestão de Eduardo Braga foi o superfaturamento de obras. Os dois são filhos da mesma escola política, inaugurada pelo ex-governador Gilberto Mestrinho. Hoje, Braga e Amazonino são adversários. Na CMM e na ALE-AM, a maioria decidiu não entrar nessa briga.

Omar se prepara para o embate

O governador do Estado Omar Aziz e sua equipe econômica se reúnem hoje, em Brasília, com a bancada de deputados federais e senadores do Amazonas. O objetivo é definir uma proposta a ser encaminhada à presidente da República Dilma Rousseff, que assegure à Zona Franca de Manaus (ZFM) competitividade na produção de bens de informática, principalmente componentes para essa indústria.

A principal discussão com a bancada será sobre a Medida Provisória (MP) 354 que, de acordo com o governador, desonera em cerca de 32% a produção de tablets no restante do País, em detrimento das vantagens comparativas do Polo Industrial de Manaus (PIM).

Entre os pontos que serão discutidos com a bancada, o governador destacou a proposta de garantir a excepcionalidade da Zona Franca de Manaus na produção de placas-mãe e também de displays para a indústria de bens de informática.

“Com esse patamar de desoneração é impossível a Zona Franca de Manaus competir, mesmo com o incentivo que temos. Nossa luta agora é manter o nosso Polo Industrial criando outras facilidades. Esse foi o compromisso que a presidente Dilma assumiu com a gente, de manter, ampliar e prorrogar a Zona Franca mantendo a competitividade dela”, frisou.

Ontem à noite, Omar reuniu sua base aliada na casa do deputado estadual Belarmino Lins. Além da MP do tablet, outra questão discutida foi a reforma tributária.

MANIFESTO DAS CLASSES PRODUTORAS E TRABALHADORAS DO AMAZONAS



As classes, de empresários e trabalhadores, que subscrevem a presente nota e congregam os diversos segmentos econômicos do Estado do Amazonas, representando 48 sindicatos patronais e 140 laborais, vêm a público denunciar e repudiar os ataques sistemáticos que sofre o Modelo de Desenvolvimento "Zona Franca de Manaus".

Presentemente, tivemos a edição da Medida Provisória 534/2011 que concede incentivos fiscais à produção de tablet no país, inviabilizando sua fabricação no Pólo Industrial de Manaus. Outras Medidas em curso, que impactam negativamente o nosso Modelo de Desenvolvimento, como a MP 517 que reduz a alíquota do PIS/PASEP e COFINS e prorroga os incentivos de isenção do IPI dos bens de informática, ferindo de morte a produção dos mesmos no Parque Industrial Amazonense. Precisamos estar em constante vigília e permanentemente atentos, com as Medidas Provisórias, Projetos de Leis, Decretos, Portarias, Resoluções e tantas outras possibilidades intencionais ou não que aos poucos minam o projeto ZFM, naquilo que já existe e está consagrado no Art. 40 do ADCT e no Decreto Lei 288/67. Assim, como também, para evitar que sejam incluídas no Projeto de Reforma Tributária, normas e medidas que prejudiquem ainda mais a economia amazonense.

De nada nos adiantará cumprir com a promessa de prorrogação da Zona Franca de Manaus se forem paulatinamente retiradas às vantagens comparativas que lhe são asseguradas pela Constituição Federal. O respeito às normas legais é imprescindível para o estado de direito que deve imperar nas relações entre os membros da Federação, sob pena de gerar insegurança jurídica prejudicial ao crescimento e ao desenvolvimento de empreendimentos econômicos que acreditaram na manutenção das regras estabelecidas.

É injusto e incoerente tratar de maneira igual situações desiguais. Regiões possuidoras de uma boa infraestrutura de produção e logística de transporte, disponíveis em todos os modais, não necessitam de incentivos iguais a de regiões carentes, desses e de outros recursos.

Lamentamos profundamente que alguns brasileiros não entendam o verdadeiro significado do Modelo da Zona Franca de Manaus. Os empreendimentos aqui implantados enfrentam toda a sorte de problemas infraestruturais, por isso recebem tratamento diferenciado que é aplicado para viabilizar investimentos que contribuem para o desenvolvimento sustentável da região, mantendo a preservação ambiental de mais de 95% da área do Estado do Amazonas, além de apresentarem recolhimento significativo de impostos federais, estaduais e municipais, e grande geração de empregos.

Desta forma, vimos prestar nosso irrestrito apoio e solidariedade ao Exmo. Governador do Estado, bem como a toda a bancada federal do Amazonas, na luta para reverter e/ou minimizar as medidas prejudiciais à nossa economia.

Independente das correntes ideológicas e partidárias, devemos nos manter atentos e unidos, empresários, trabalhadores, governo estadual e classe política das três esferas, para rechaçar qualquer manobra contrária aos interesses do povo do Amazonas, que possam inviabilizar investimentos, eliminar ou restringir empregos, tudo isso conquistado com grande esforço pela sociedade amazonense.

Manaus, 25 de maio de 2011

ANTONIO SILVA
Presidente da FIEAM

ROBERTO TADROS
Presidente da FECOMERCIO

MUNI LOURENÇO JR
Presidente da FAEA

GAITANO ANTONACCIO
Presidente da ACA

MAURÍCIO LOUREIRO
Presidente do CIEAM

CARLOS LACERDA
Secretario da CNTM

RICARDO MIRANDA
Presidente da FTIEAM

VALDEMIR SANTANA
Presidente da CUT/AM

VICENTE FILLIZOLA
Presidente da FORÇA SINDICAL/AM

Prospecção

Oportunidades em foco

Levantamento feito pelo Sebrae-AM apontará os elas estão na cidade de Manaus, de olho em 2014

Termina hoje o levantamento da Fundação Getúlio Vargas (FGV) das atividades mais promissoras em Manaus que poderão ser traduzidas em oportunidades de negócios para as pequenas empresas na Copa de 2014. As informações de cinco setores - Tecnologia da Informação (TI), turismo, produção associada ao turismo, comércio varejista e serviço - fazem parte do Mapa de Oportunidades para as Micro e Pequenas Empresas nas cidades-sede, desenvolvido pelo Sebrae.

No âmbito nacional já foram identificadas 448 oportunidades de negócios na construção civil, TI, turismo e produção associada ao turismo, retiradas de uma lista de atividades nas quais as MPes podem empreender com boa chance de sucesso.

Os dados sobre as oportunidades na construção civil no Estado já foram levantados, e aguardam apenas divulgação prevista para julho.

De acordo com o subgerente

da área de comércio e serviço do Sebrae-AM, José Gomes Pires, haverá a possibilidade de negócios para pequenos empreendedores antes, durante e após o evento esportivo. "Temos como exemplos, as agências de viagens, fornecedores de uniformes, empresas de terraplanagem, bares e restaurantes, além das oportunidades no comércio, serviços e tecnologia".

O grupo de consultoras da FGV faz o levantamento das oportunidades por meio de questionários, tendo como amostragem empresários e representantes de entidades de classes, Sistema S (Sesi, Senai, Senac, Sebrae e Sest/ Senat) academias e câmaras setoriais. "Esse levantamento é o primeiro momento. Em outro, o mapa das oportunidades vai apontar requisitos obrigatórios e classificatórios que devem ser cumpridos para que o empresário possa garantir espaço no mercado", disse Pires.



Vicente Schettini, do Sebrae, ressaltou a importância do levantamento

Saiba mais

>> Título

O estudo é uma das ações do Programa Sebrae na Copa de 2014, que receberá, até 2013, investimentos de R\$ 79,3 milhões. Os recursos serão apli-

cados em programas de consultoria, inovação e acesso a mercados, como o Sebrae Mais, Sebraetec, Agentes Locais de Inovação (ALI) e Centrais de Negócios.

NA COPA

Na primeira quinzena de junho será lançado o programa Sebrae na Copa, cidade de Manaus, no qual serão desenvolvidos projetos em cinco áreas: Gastronomia competitiva de Manaus (relacionado com restaurantes), Manaus Sabor (bares e lanchonetes), Gestão do comércio de artesanato (voltado especialmente para o comércio), Cultura, negócio e entretenimento, Fortalecimento da horticultura orgânica familiar da Região Metropolitana de Manaus (RMM) e Fomento Turismo, que envolve os principais elos do turismo como meios de hospedagem, agências e guias.

De acordo com o gerente de planejamento do Sebrae-AM, Vicente Schettini, este ano o programa deve investir R\$ 2,3 milhões em aspectos com relação a diagnóstico, consultoria em gestão e tecnologia, capacitação na área financeira (preço de venda), estudos específicos, participação em eventos, planejamento estratégico, consultoria e identidade visual.

Os seis projetos envolvem em torno de 400 empresas formais e 2,5 mil empregos. "Cada grupo de projeto tem necessidade específica e o desenho não é linear. Então, as soluções serão de acordo com cada segmento de público".

Pensando em rede

No mapeamento das atividades serão vistos quais os elos fortes e fracos de cada segmento e criar um sistema de informações para mostrar quais os empreendimentos/ empresários, onde estão e como estão. Aí, então, serão elaboradas informações específicas de cada segmento e um acompanhamento regular de como estão.

Segundo o gerente de planejamento do Sebrae-AM, Vicente Schettini, os dados vão se abastecer mais tarde o mercado até para evitar o canibalismo, com uma leva de empresários ir para o mesmo setor. Depois disso, vem o programa de qualificação, a excelência da informação.

"A grande sacada é deixar um legado do evento. Assim como mobilidade, infraestrutura, aqui pensamos na inovação. Por isso vamos pensar nas redes. Porque alguns setores são dominados pelos grandes, como na construção civil", disse.

Sem tablets, qual a saída?

Parlamentares e economistas discutem alternativa para faturar com a produção do equipamento, mesmo com a MP 534

JOUBERT LIMA
DA EQUIPE DE A CRÍTICA

Com os planos de se produzir *tablets* na Zona Franca indo por água abaixo - sob os olhares impotentes da bancada amazonense no Congresso Nacional - o Amazonas volta sua atenção para a produção de componentes para esses produtos e outros bens de informática. Esse será o foco da reunião que o governador Omar Aziz terá hoje, em Brasília, com os parlamentares do Amazonas. Enquanto isso, na Assembleia Legislativa do Estado (ALE), deputados lamentam a falta de combatividade de seus pares na capital federal e discutem a possibilidade de impetrar uma ação direta de inconstitucionalidade (Adin).

A intenção de Omar é definir uma proposta, a ser encaminhada à presidente Dilma Rousseff, que assegure à Zona Franca competitividade, pelo menos, na produção de componentes para a indústria de bens de in-

Saiba mais

>> Val uma Adin?

Quando a Lei de Informática foi editada, o Governo do Amazonas foi ao Supremo Tribunal Federal (STF) questionar sua constitucionalidade. A iniciativa até obteve uma decisão favorável do ministro Marco Aurélio de Mello, mas até hoje, não foi à votação. Na última vez que uma questão envolvendo a Zona Franca de Manaus foi votada pelo Supremo, o modelo saiu perdendo. O tribunal decidiu que empresas que compram componentes do PIM não têm direito a créditos de IPI, o que onera a venda desses produtos para outros Estados.

formática. A ideia é tornar Manaus um fornecedor de placas de circuitos impressos e até de injetados para esses tipos de equipamentos.



Uma das ideias é tornar Manaus fornecedora de placas de circuitos impressos e injetados para bens de informática

O problema é que até os fabricantes de Manaus preferem trazer da China seus componentes. Como tornar esses insusos competitivos? Desoneran-

do ainda mais a carga tributária sobre eles (ou onerando para o resto do Brasil) e amarrando sua aquisição no Processo Produtivo Básico (PPB). O PPB é o

conjunto de regras para fabricação de produtos incentivados.

"Nós temos condições de, com um decreto da presidente, dar competitividade à Zona

Franca, por exemplo, na produção de displays. Nessa discussão do PPB, se der uma alíquota de IPI de 15% na produção de display para o Brasil, Manaus fica competitiva novamente", defendeu Omar. O discurso é bonito. Resta saber se Dilma vai mesmo lembrar do compromisso assumido durante a campanha de manter a competitividade da Zona Franca.

ADIN

Ontem, na ALE, o deputado estadual José Ricardo Wendling (PT) propôs que a Casa e o Governo do Estado ingressem com uma Adin contra a MP 534, que desonerou os *tablets*. É que a Constituição Federal garante (em tese) à Zona Franca a exclusividade na concessão de incentivos fiscais. O governador Omar também não descarta a possibilidade de questionar juridicamente a validade da MP, mas ressalta que "o momento é de articulação política", ou seja, nada de ações judiciais.

Manaus, quarta-feira, 25 de maio de 2011.

Sem tablets, qual a saída? (continuação)

Cresce taxa sobre a importação

Fazenda apresenta novos valores das tarifas para registro de declaração de importação no Siscomex

As tarifas para registrar as Declarações de Importações (DIs) no Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex) serão reajustadas, segundo uma portaria do Ministério da Fazenda publicada esta semana no Diário Oficial da União. A taxa de registro passará

de R\$ 30 para R\$ 185. A chamada "adição" subirá de R\$ 10 para R\$ 29,50. Cada produto com classificação diferente incluído na declaração é considerado uma adição.

A entrada em vigor dos novos valores ainda depende da regulamentação da medida. O coordena-

dor-geral substituto de Administração Aduaneira da Receita, Osmar Madeira Júnior, disse à Agência Estado que será publicada nos próximos dias uma instrução normativa estabelecendo critérios para a cobrança das adições e a data em que passa a valer

os valores reajustados. A Receita também precisa de alguns dias para poder adequar o Siscomex às novas taxas, porque a cobrança é feita de forma automática.

Júnior disse que a elevação das tarifas foi necessária para custear as despesas de manuten-

ção e investimentos no Sistema. Segundo ele, desde que foram criadas em 1998, as taxas não sofreram reajuste. "Os custos foram bastante majorados neste período", afirmou. Ele argumenta que o aumento é compatível com o tempo que ficou sem reajuste.

No ano passado, pelos dados da Receita, foram registradas 2,325 milhões de Declarações de Importação. Se o número for o mesmo este ano, o que é pouco provável porque as importações continuam crescendo, a arrecadação da taxa de registro subirá

de R\$ 69,75 milhões para R\$ 430,12 milhões.

Para o técnico da Receita, embora seja um aumento de custo para o importador, a decisão do governo não deve desestimular as compras no mercado internacional. "Proporcionalmente ao valor das transações (das importações), as taxas não têm um valor significativo", argumentou.

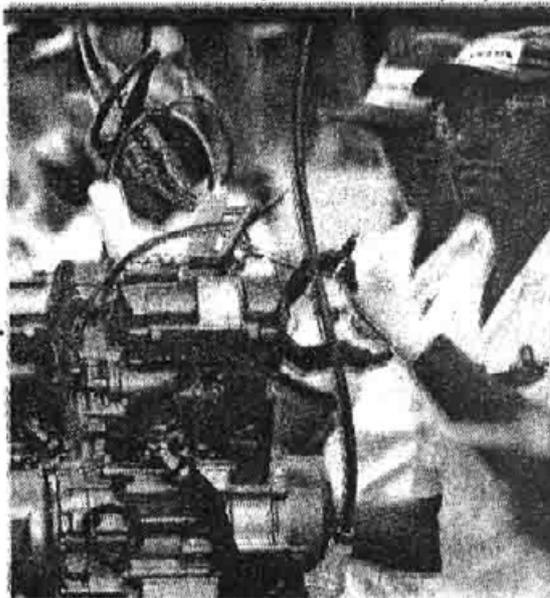
As operações de importação no valor de até US\$ 5 mil são registradas em uma declaração simplificada, de papel, e continuam isentas das taxas.

Pesquisa CNI

Produção industrial caiu em abril

Juca Queiroz - 21/02/2008

A produção industrial de abril recuou quando comparada à do mês anterior. O índice caiu de 53,3 pontos para 47,6 pontos, interrompendo uma sequência de dois meses de crescimento, segundo dados divulgados ontem pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). Na avaliação dos empresários, o ritmo da atividade industrial segue pelo quinto mês abaixo do usual.



Alex Deneriaz

• Dia 3, Nelson Azevedo recebe o título de Industrial do Ano de 2011, durante concorrido jantar oferecido pela Federação das Indústrias do Amazonas no Clube do Trabalhador. O general de Exército, Augusto Pereira, o arcebispo Metropolitano de Manaus, dom Luiz Soares Vieira, e o ministro do Superior Tribunal de Justiça, Mauro Marques, receberão Medalhas do Mérito Industrial.

Contexto

Confusão

Vereadores fizeram confusão com o tamanho dos tablets beneficiados com a MP de Dilma. Massami Miki (PSL) disse que os produtos poderiam ter tela de um metro e 40 centímetros. Já Elias Emanuel (PSB) afirmou que os aparelhos podiam ter 140 cm cúbicos.

Esclarecimento

A MP beneficia tablets com telas superiores a 140 centímetros quadrados, o que corresponde a 10 x 14 centímetros.

Adin

Dois dias depois da edição da medida provisória (MP) que desonera a produção de tablets no Brasil, prejudicando o PIM, o deputado estadual José Ricardo (PT) sugeriu que a Assembleia Legislativa do Amazonas também contestasse a MP no STF.



MANIFESTO DAS CLASSES PRODUTORAS E TRABALHADORAS DO AMAZONAS



As classes, de empresários e trabalhadores, que subscrevem a presente nota e congregam os diversos segmentos econômicos do Estado do Amazonas, representando 48 sindicatos patronais e 140 laborais, vêm a público denunciar e repudiar os ataques sistemáticos que sofre o Modelo de Desenvolvimento "Zona Franca de Manaus".

Presentemente, tivemos a edição da Medida Provisória 534/2011 que concede incentivos fiscais à produção de tablet no país, inviabilizando sua fabricação no Pólo Industrial de Manaus. Outras Medidas em curso, que impactam negativamente o nosso Modelo de Desenvolvimento, como a MP 517 que reduz a alíquota do PIS/PASEP e COFINS e prorroga os incentivos de isenção do IPI dos bens de informática, ferindo de morte a produção dos mesmos no Parque Industrial Amazonense. Precisamos estar em constante vigília e permanentemente atentos, com as Medidas Provisórias, Projetos de Leis, Decretos, Portarias, Resoluções e tantas outras possibilidades intencionais ou não que aos poucos minam o projeto ZFM, naquilo que já existe e está consagrado no Art. 40 do ADCT e no Decreto Lei 288/67. Assim, como também, para evitar que sejam incluídas no Projeto de Reforma Tributária, normas e medidas que prejudiquem ainda mais a economia amazonense.

De nada nos adiantará cumprir com a promessa de prorrogação da Zona Franca de Manaus se forem paulatinamente retiradas às vantagens comparativas que lhe são asseguradas pela Constituição Federal. O respeito às normas legais é imprescindível para o estado de direito que deve imperar nas relações entre os membros da Federação, sob pena de gerar insegurança jurídica prejudicial ao crescimento e ao desenvolvimento de empreendimentos econômicos que acreditaram na manutenção das regras estabelecidas.

É injusto e incoerente tratar de maneira igual situações desiguais. Regiões possuidoras de uma boa infraestrutura de produção e logística de transporte, disponíveis em todos os modais, não necessitam de incentivos iguais a de regiões carentes, desses e de outros recursos.

Lamentamos profundamente que alguns brasileiros não entendam o verdadeiro significado do Modelo da Zona Franca de Manaus. Os empreendimentos aqui implantados enfrentam toda a sorte de problemas infraestruturais, por isso recebem tratamento diferenciado que é aplicado para viabilizar investimentos que contribuem para o desenvolvimento sustentável da região, mantendo a preservação ambiental de mais de 95% da área do Estado do Amazonas, além de apresentarem recolhimento significativo de impostos federais, estaduais e municipais, e grande geração de empregos.

Desta forma, vimos prestar nosso irrestrito apoio e solidariedade ao Exmo. Governador do Estado, bem como a toda a bancada federal do Amazonas, na luta para reverter e/ou minimizar as medidas prejudiciais à nossa economia.

Independente das correntes ideológicas e partidárias, devemos nos manter atentos e unidos, empresários, trabalhadores, governo estadual e classe política das três esferas, para rechaçar qualquer manobra contrária aos interesses do povo do Amazonas, que possam inviabilizar investimentos, eliminar ou restringir empregos, tudo isso conquistado com grande esforço pela sociedade amazonense.

Manaus, 25 de maio de 2011

ANTONIO SILVA
Presidente da FIEAM

ROBERTO TADROS
Presidente da FECOMERCIO

MUNI LOURENÇO JR
Presidente da FAEA

GAITANO ANTONACCIO
Presidente da ACA

MAURÍCIO LOUREIRO
Presidente do CIEAM

CARLOS LACERDA
Secretario da CNTM

RICARDO MIRANDA
Presidente da FTIEAM

VALDEMIR SANTANA
Presidente da CUT/AM

VICENTE FILLIZOLA
Presidente da FORÇA SINDICAL/AM

Coluna Cláudio Humberto

Investimentos

A superintendência da Zona Franca (Suframa) aprovou 65 projetos industriais e de serviços, num total de US\$ 750,9 milhões, que, em três anos, podem gerar 1.725 novos empregos no polo de Manaus.

ICMS diferenciado é rejeitado

O Ministério da Fazenda não aceitou a proposta dos governadores do Nordeste de estabelecer alíquotas diferenciadas para o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) interestadual conforme o grau de desenvolvimento do Estado, disse ontem o secretário-executivo da pasta, Nelson Barbosa. De acordo com ele, essa não é a forma ideal de acabar com a guerra fiscal.

“Repetimos o que dissemos aos governadores das regiões Sul e Sudeste na semana passada. O governo federal considera melhor uma alíquota unificada mais baixa (para o ICMS interestadual)”, disse o secretário após reunião com os governadores. A cobrança de alíquotas de 7% ou 2% de acordo com a renda per capita do Estado havia sido sugerida pelo governador do Ceará, Cid Gomes, e ganhou o apoio dos demais governadores da região, que se encontraram ontem (24) com o ministro da Fazenda, Guido Mantega.

O secretário, no entanto, admitiu que a equipe econômica do governo federal está aberta a analisar a cobrança de alíquotas diferenciadas de tributos federais conforme o grau de desenvolvimento do Estado para incentivar o desenvolvimento das regiões com menor renda per capita.

“Esse é um modelo usado em vários países desenvolvidos”, explicou Barbosa, destacando que a diferença, nesse caso específico, é que os incentivos fiscais são coordenados pelo governo federal ao não envolverem tributos estaduais como o ICMS.

Segundo ele, os governadores do Nordeste manifestaram preocupação com o

O governo federal considera adequada uma alíquota unificada mais baixa para o ICMS interestadual

comércio eletrônico. Atualmente, toda a arrecadação do ICMS das compras feitas pela internet fica com o Estado onde a página na internet tem sede. Os Estados da região sugeriram um acordo de repartição do imposto, nos moldes do que ocorre com os automóveis, cuja maior parte do imposto (55%) fica com os Estados produtores e o restante (45%) com os Estados consumidores.

ICMS diferenciado é rejeitado (continuação)

Estados precisam de consenso

O secretário afirmou que o governo defende o acordo, mas ressaltou que inicialmente os Estados precisam chegar a um consenso para definir a forma de distribuição do ICMS. "Não nos interessa a concentração da arrecadação em poucos centros (onde as páginas de internet têm domicílio). A distribuição ideal tem de ser discutida pelos

Estados", disse.

Em relação à mudança dos indexadores da dívida dos Estados, Barbosa voltou a afirmar que o governo federal admite discutir a questão, desde que haja o compromisso de que os demais itens da Lei de Responsabilidade Fiscal não sejam alterados. Segundo ele, a equipe econômica está

disposta a mudar apenas o indexador da dívida que ainda não venceu, sem recalculando os débitos já pagos pelos Estados. Barbosa declarou que ainda não está definido se o governo editará uma medida provisória ou enviará ao Congresso um projeto de lei complementar para alterar a forma de correção da dívida.

Diretor da Sudam fala na Aleam

Hoje, às 10h, o titular da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), Djalma Melo, participa de reunião na Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas (Aleam) para prestar esclarecimentos sobre o 'Caso Maksoud' – projeto aprovado pela Sudam em novembro de 1987 para a construção de um hotel em uma área de 150 mil metros quadrados, mas com obras paralisadas há 11 anos. A presença do superintendente atende a uma convocação da Comissão Especial da Casa. De acordo com o deputado Marcos Rotta, a presença de Djalma Melo é justificada pelo fato de a Sudam ter sido a principal financiadora do Maksoud.

Argentina e Brasil optam por acordo

Os governos de Brasil e Argentina decidiram realizar encontros mensais para discutir as barreiras comerciais impostas pelos dois países. O secretário-executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Alessandro Teixeira, e o secretário da Indústria da Argentina, Eduardo Bianchi, se reuniram ontem (24) em Buenos Aires.

Na reunião, os dois países decidiram que, "no que diz respeito ao licenciamento não automático de importações, as partes avançaram nas negociações visando a liberar gradualmente as licenças pendentes". Foi o que informou ontem, por meio de nota, o MDIC. Os prazos para o início da liberação, no entanto, não foram divulgados.

Desde anteontem (23), os representantes estão reunidos na tentativa de resolver o impasse bilateral. A regra é a mesma que a Argentina tem adotado com os produtos brasileiros, que ficam vários dias retidos nas alfândegas do país. Alguns chegam a perder a validade esperando a autorização de entrada no país vizinho, como é o caso dos alimentos.

Competitividade da ZFM norteia estratégia do AM

Reunião entre o governador do Estado, Omar Aziz, e bancada do Amazonas – senadores e deputados federais – deve definir argumentação para encontro com Dilma

Conforme anunciado na semana passada, a ameaça à competitividade da Zona Franca de Manaus (ZFM) será levada ao conhecimento da presidente da República, Dilma Rousseff, na próxima semana. O governador do Amazonas, Omar Aziz, se reúne hoje com a bancada de deputados federais e senadores para definir proposta que assegure maiores benefícios à produção de bens de informática e componentes para as empresas do segmento no Polo Industrial de Manaus (PIM).

De acordo com o governador, uma das principais reivindicações está relacionada à medida provisória (MP) 354 que, segundo ele, desonera em aproximadamente 32% a produção de tablets no restante do país, em detrimento das vantagens comparativas do parque fabril local. "Com esse patamar de desoneração é impossível a ZFM competir, mesmo com o incentivo que temos. Nossa luta agora é manter o nosso polo industrial criando ou-

tras facilidades. Esse foi o compromisso que a presidente Dilma assumiu com a gente, de manter, ampliar e prorrogar a Zona Franca mantendo a competitividade dela", frisou.

Segundo Aziz, os contatos com a equipe presidencial

Medida provisória 354 desonera a produção de tablets em 32% e, praticamente, anula vantagens comerciais do Polo Industrial de Manaus (PIM)

foram estabelecidos desde o início desta semana, quando a MP 354 foi editada. A meta é discutir uma solução para a perda de competitividade do PIM na produção dos tablets e de displays – ponto em que Manaus também sai perdendo com a MP. Por te-

lefone, o governador expôs a preocupação do governo do Estado ao ministro-chefe da Casa Civil, Antonio Palocci, ao ministro do Desenvolvimento, Fernando Pimentel, e ao secretário executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa.

Competitividade da ZFM norteia estratégia do AM (continuação)

Outras desvantagens em xeque

Além de desonerar a incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) sobre a produção dos tablets, a MP 354 estende esses benefícios à produção de displays, incentivando a fabricação de telas superiores a 124 centímetros quadrados. "Dessa forma perderíamos também

um setor muito importante para o Estado, que é o de televisores, causando desemprego, queda na arrecadação e um prejuízo irreversível para a ZFM e para o Amazonas", destacou.

Para Omar Aziz, desde que a Lei de Informática entrou em vigor, na década de 90, a Zona Franca de Manaus tem sofrido mudanças e perdido competitividade, principalmente por meio de decretos e MPs.

"Como bens de informática e eletroeletrônicos são produtos que cada vez mais se confundem, temos perdido gradativamente a competitividade para outras regiões, principalmente São Paulo, onde as empresas passam a ter incentivos maiores que a Zona Franca por estarem em um local onde há mercado consumidor e cuja logística é mais barata", pontuou.

Propostas não descartam ADI

Entre os assuntos que serão discutidos com a bancada de políticos amazonenses, está a garantia da excepcionalidade da Zona Franca de Manaus na produção de placas-mãe e também de displays para a indústria de bens de informática.

Outra reivindicação do governo será a participação

nas discussões do Processo Produtivo Básico (PPB) de tablets. "Nós temos condições de, com um decreto da presidente, dar competitividade à Zona Franca, por exemplo, na produção de displays. Nessa discussão do PPB, se der uma alíquota de IPI de 15% na produção de display para o Brasil, Manaus fica competi-

tiva novamente", observou.

Omar Aziz não descartou um questionamento jurídico da constitucionalidade da MP 354 – uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) deve ser ajuizada pela Procuradoria Geral do Estado (PGE) hoje –, mas ressaltou que o momento é de articulações políticas.

Fernando Coelho Jr.

Defesa ::::

.O governador Omar Aziz e sua equipe econômica se reúnem nesta quarta-feira, em Brasília, com a bancada de deputados federais e senadores do Amazonas para definir uma proposta, a ser encaminhada a presidente Dilma Rousseff, que assegure à Zona Franca de Manaus (ZFM) competitividade na produção de bens de informática, principalmente componentes para essa indústria.

. Para Omar, o momento é de articulação e discussão política para evitar danos maiores à economia amazonense. A principal discussão com a bancada será sobre a Medida Provisória (MP) 354.

DISPUTA

SINDICATOS PROTESTAM CONTRA MP QUE TIRA COMPETITIVIDADE DE MANAUS PARA ATRAIR INVESTIMENTOS

Entidades de classe do AM se unem em defesa da ZFM

AMAZONAS 51 Em nota divulgada ontem, entidades de classe representando 48 sindicatos patronais e outros 140 de trabalhadores criticam o governo federal pela edição da Medida Provisória (MP) 534 que retira a vantagem de Manaus para produzir computadores tipo tablet e pedem esforços do Estado e políticos para reverter a situação.

Claro & Escuro

Atrás do prejuízo

Depois do cochilo de parlamentares e governo em relação à Medida Provisória dos tablets, o governador Omar Aziz mobiliza a bancada do Amazonas para tentar, no Congresso, modificar o texto e evitar “maiores prejuízos” ao Polo Industrial de Manaus.

Da tribuna

A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) voltou à tribuna do Senado, ontem, para criticar a MP dos tablets. Ela disse que a MP precisa ser debatida e negociada no Senado, porque “não dá pra aprovar incentivos fiscais para uma região que já é desenvolvida”, referindo a São Paulo.

Só um contra

Do Amazonas, só Francisco Praciano (PT) votou contra a proposta de Código Florestal, aprovada ontem na Câmara dos Deputados. Átila Lins (PMDB), Carlos Souza (PP), Henrique Oliveira (PR), Pauderney Avelino (DEM), Rebecca Garcia (PP), Sabino Castelo Branco (PTB) e Silas Câmara (PSC) votaram a favor.

Plano ousado

A Sudam tem um plano ousado para os próximos quatro anos: contribuir para a erradicação da pobreza na Amazônia.

Claro & Escuro

Pergunta do dia:

Considerando a MP dos tablets, a promessa da presidente Dilma Rousseff de prorrogar os incentivos da Zona Franca de Manaus em mais 50 anos foi apenas para dar uma satisfação aos eleitores e aos políticos que apoiaram na campanha eleitoral?

MP do tablet vira questão política

A manutenção dos benefícios fiscais do Polo Industrial de Manaus (PIM) vai depender da capacidade de articulação da bancada do Amazonas no Congresso e da força de seus governantes. Em nota divulgada ontem, entidades empresariais e de trabalhadores criticam o governo federal pela edição da Medida Provisória (MP) 534 que retira a vantagem de produzir tablets em Manaus e pedem esforços aos políticos para tentar reverter a situação.

"Precisamos estar em constante vigília e permanentemente atentos, com as Medidas Provisórias, Projetos de Leis, Decretos, Portarias, Resoluções e tantas outras possibilidades intencionais ou não, que aos poucos minam o projeto ZFM", diz a nota assinada por nove entidades da indústria, comércio e agricultura representando 48 sindicatos patronais e 140 de trabalhadores.

O documento cita também a MP 517, em tramitação no Senado federal, que reduz assim como a MP 534, reduz as alíquotas do Programa de Integração Social e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (PIS/Co-fins), além de prorrogar a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) dos bens de informática, "ferindo de morte a produção dos mesmos no Parque Industrial Amazonense".

A nota destaca os "ataques sistemáticos ao modelo de desenvolvimento e cobra o cumprimento à Carta Magna, que assegura tratamento diferenciado para esta área de incentivos fiscais. "De nada nos adiantará cumprir as promessas de

prorrogação da Zona Franca de Manaus se forem paulatinamente retiradas as vantagens que lhe são asseguradas pela Constituição Federal".

A insegurança jurídica da medida é destacada pelas entidades como inibidor de novos investimentos para Manaus com medidas que beneficiam outras Regiões. "É injusto e incoerente tratar de maneira igual situações desiguais. Regiões possuidoras de uma boa infraestrutura de produção e logística de transporte, disponíveis em todos os modais não necessitam de incentivos iguais a de regiões carentes desses e de outros recursos", diz o texto.

Competência

"A questão deixou de ser técnica para ser um problema político. Se nossos políticos não tiverem competência para impedir, haverá prejuízos", alerta o economista e consultor Francisco de Assis Mourão.

A perda de competitividade de Manaus e a abertura de empregos em outros Estados que receberam as indústrias de tablets dominou o debate nas casas legislativas, com críticas ao governo estadual e à bancada parlamentar federal.

Para o deputado Marcelo Ramos (PSB), a falta de investimentos em logística foi um dos fatores para que a fábrica de tablets seja instalada em Jundiá (SP). "Isso é reflexo da falta de investimento de anos dos governos que não prepararam o Estado para um mercado



Congresso apreciará MP 534, que iguala os incentivos de produzir tablet em Manaus aos demais Estados e retira vantagem local /Foto: José Cruz/ABr/09/05/07

"Sempre foi assim. Sofremos diversas ameaças no passado até ganharmos uma Adin (Ação Direta de Inconstitucionalidade) e isso nos deu uma segurança. Agora, se não brearmos perderemos as vantagens comparativas", avalia o economista, responsável por vários projetos industriais de implantação em Manaus.

O governador Omar Aziz

anunciou que vai se reunir hoje com a bancada do Amazonas em Brasília com propostas ao governo federal. Entre elas vai defender a excepcionalidade da ZFM na produção de placas-mãe de computadores e de displays para a indústria de bens de informática.

A ideia do governo é incluir na elaboração do Processo Produtivo Básico (PPB) que

"A questão deixou de ser técnica para ser um problema político. Se nossos políticos não tiverem competência para impedir, haverá prejuízos".

Do economista e consultor Francisco de Assis Mourão.

está sendo elaborado pelos ministérios da Ciência e Tecnologia (MCT) e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic), uma alíquota do IPI de 15% na produção de display para os demais Estados, o que deve retomar a competitividade de Manaus.

Fale com o editor
redacao@diarioam.com.br

Assembleia e Câmara debatem perdas

competitivo. As empresas querem portos, aeroportos e internet, tudo o que não temos com qualidade", disse.

O deputado Arthur Bisneto (PSDB) também criticou os parlamentares, afirmando que a ausência de uma oposição ao governo federal no Congresso deixa o Estado desprotegido. "Os senadores preferiram atender a ordem da sua patroa, do que lutar pelo interesse do Amazonas".

Sinésio Campos (PT) afirmou que a decisão da Presidência da República foi equivocada e injusta com o Estado. Ao

ser questionado sobre uma demora do governador Omar Aziz em procurar a bancada federal para discutir o tema, Sinésio afirmou que o Estado tem deputados federais e senadores justamente para que o governador não precise tratar desse assunto.

Adin

O também petista José Ricardo apresentou um indicativo pedindo que Assembleia Legislativa e o governo do Estado entrem com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin), contra a medida. O deputado

também cobrou mais atenção na discussão da Reforma Tributária.

Na Câmara Municipal de Manaus, o vice-presidente, vereador Marcel Alexandre (PMDB), afirmou que a Procuradoria Jurídica analisará uma maneira de ingressar com uma Adin.

Por unanimidade, o plenário aprovou um requerimento do vereador Leonel Feitoza (PSDB), solicitando que a Casa ingresse com a Adin junto ao STF. A Mesa Diretora aprovou também uma Moção de Repúdio, de autoria do vereador Luis Mitoso (PV), contra a MP 453.

Manaus, quarta-feira, 25 de maio de 2011.

Empresa pioneira de triciclo amplia produção

A Motocar, primeira indústria de triciclos da Zona Franca de Manaus, está triplicando a capacidade de produção do modelo MTX 150, e anuncia a ampliação da sua linha de montagem para alcançar 900 veículos por mês, em mais um ano.

A empresa, que já mantém duas representações comer-

ciais no interior do Estado, além da unidade fabril instalada em Manaus, estenderá a sua atuação, com parcerias estratégicas que estão sendo firmadas em outras cidades amazonenses e na Região Norte, abrangendo Roraima, Rondônia, Pará e Acre.

Impulsionada pelo aumento da demanda por sua linha de

produtos, a Motocar, que iniciou em dezembro de 2009 as atividades no Polo Industrial de Manaus (PIM), com investimento de R\$ 1,5 milhão, está ampliando a produção do triciclo MTX 150, de 50 para 170 veículos, por mês. A previsão da indústria é, no período de mais um ano, atingir a marca de 900 triciclos por mês.

O triciclo modelo MTX 150, o carro-chefe da empresa, é resultado de um rigoroso processo de desenvolvimento que durou dois anos. O triciclo tem capacidade para transportar três pessoas – o condutor e mais dois passageiros sentados, suportando até 350 quilos, no total.

O gerente da Motocar, Mar-

cello Di Gregorio, frisa que o modelo foi desenvolvido para transportar passageiros com maior segurança e conforto. “O triciclo conta com uma cabine especialmente desenvolvida para acomodar dois passageiros sentados, tendo um cinto de segurança à disposição de cada pessoa e dispensa o uso de capacete”, ressalta.

ARTIGO

Por que, Dilma?

HISSA ABRAHÃO é economista e vereador de Manaus



Nas eleições do ano passado, ouvi muito se falar em dois termos relacionados à Zona Franca de Manaus: os 'defensores' e os 'inimigos' da Zona Franca. De um lado, havia a candidata do PT que se dizia a advogada das causas do Polo Industrial com a promessa de prorrogar os incentivos fiscais na capital por mais 50 anos e de outro o tucano José Serra (PSDB) que queria torná-la perpétua.

Entre as duas opções, a maioria dos amazonenses acreditou na primeira e, pela primeira vez, resolveu dar um voto de confiança a uma mulher, conce-

dendo a esta uma votação histórica para uma candidata à Presidência da República: 81% dos votos, a maior votação do País.

Pois bem, presidente Dilma. Diante de tanta confiança no seu trabalho nós, amazonenses, pedimos que a senhora reconsidere sua decisão de assinar a Medida Provisória (MP) 534 que estende os benefícios fiscais da Lei de Informática a todos os Estados

do Brasil na produção dos famosos 'tablets' (computadores portáteis sem teclados).

Com essa decisão, muitas empresas deixarão de se instalar em Manaus e outras até poderão deixar a capital amazonense prejudicando milhares de trabalhadores. Também mando um recado para nossos representantes no Senado e na Câmara Federal que não fizeram nada para impedir essa tragédia econômica regional.

Entendemos que vocês pertencem à base aliada da presidente Dilma, mas lembrem-se: o maior compromisso de vocês é com o povo do Amazonas que lhes

deu um voto de confiança.

Espero que tudo isso que está acontecendo em Brasília não passe de um grande mal entendido e que a bancada amazonense retome seu posto de representante legítima do povo amazonense. Presidente Dilma, lembre-se dos votos que teve no Estado e reveja sua decisão contra a Zona Franca. O povo amazonense já está cansado de tanta decepção.

DIRETAS

■ **MP causa debate na CMM**

A Medida Provisória (MP) que dá benefícios para os tablets serem produzidos em todo o País, tirando competitividade da Zona Franca de Manaus (ZFM), foi um dos principais assuntos durante a sessão de ontem da Câmara Municipal. A maioria dos vereadores usou o mesmo argumento: de que a presidente Dilma Rousseff (PT) 'traiu' o Amazonas, que concedeu a maior votação proporcional do País. As críticas foram feitas por parlamentares tanto da situação quanto da oposição, até mesmo por parte dos petistas.